

# ***Metodologia para a Avaliação dos Benefícios Sociais dos Projectos Associativos com Base na Teoria do Capital Social\****

*Pang Chuan\*\*   Liu Zige\*\*\*   Liu Yingni\*\*\*\*   Hon Chi Tin\*\*\*\*\**

## **I. Prefácio**

Na perspectiva dos três membros da sociedade, a sociedade é composta pelo governo, pelo mercado e pela sociedade civil, sendo o governo o primeiro sector, o mercado económico o segundo e as associações, as organizações sociais e civis o terceiro. Estes sectores são mutuamente complementares, dependentes, interactivos e insubstituíveis entre si. Como se sabe, o alto grau da diferenciação e a extrema complexidade do funcionamento da sociedade determinam uma resposta ineficaz e ineficiência, e até mesmo a inviabilidade da intervenção, da gestão e da interferência do governo por si só. Devido à publicidade das acções governativas, o papel do governo é bem desempenhado e indubitável em termos de recorrer aos meios jurídicos para ordenar a sociedade no sentido de satisfazer as necessidades da maioria dos membros da comunidade e solucionar as contradições principais nela existentes, bem como em termos de constituir “o mal necessário” a que se refere Jean-Jacques Rousseau. No entanto, face à existência

---

\* Os autores agradecem o apoio da Fundação Macau à realização do presente trabalho.

\*\* Vice-reitor e professor catedrático da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau e presidente da mesa da assembleia geral da Associação de Pesquisa Sobre Juventude de Macau.

\*\*\* Doutorando em Ciência e Sistemas Inteligentes pelo Departamento de Ciência de Engenharia da Faculdade de Engenharia Inovadora da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau.

\*\*\*\* Professor auxiliar da Faculdade de Hotelaria e Gestão Turística da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau. Doutorada em gestão.

\*\*\*\*\* Instituto de Engenharia Sistemático de Macau da Faculdade de Engenharia Inovadora da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau.

de uma pluralidade de comunidades na sociedade, às diferenças entre as associações, as culturas e as necessidades, bem como às diferentes necessidades das comunidades frágeis e às solicitações diversificadas dos interesses de poucos, não dominantes, locais, parciais e transitórias, o modo de gestão holística pelo governo demonstra-se incompleto. Assim, o terceiro sector, a autonomia comunitária e a sociedade civil passam a ser os meios para solucionar os referidos problemas.

As associações enquanto terceiro sector devem ter como objectivo principal suprir as falhas do governo e do mercado, servir as diferentes comunidades, fomentar a participação cívica, aumentar a confiança social e reforçar a governação do governo. Os projectos das associações devem também ser planeados e desenvolvidos para satisfazer os referidos objectivos, enquanto a metodologia para a avaliação dos benefícios sociais deve igualmente ter como partida a satisfação desses requisitos. O presente estudo pretende, seguindo justamente estas ideias e lógica, criar um sistema de avaliação dos benefícios sociais ao nível dos serviços comunitários, da sociedade civil e do capital social.

## **II. A sociedade civil**

Para o académico Yu Keping, a sociedade civil é o somatório das organizações civis (com excepção do Estado ou do sistema governamental e do mercado ou do sistema empresarial) e das relações civis, tratando-se de um domínio público fora dos campos oficial e político e da economia de mercado. Assim, a sociedade civil tem como elementos constitutivos as organizações cívicas não-governamentais e não-empresariais.<sup>1</sup> Ela é um produto resultante da separação entre o Estado e a sociedade que pode promover a expressão pluralista dos interesses do cidadão e superar, em muitos aspectos e de modo eficaz, as falhas do governo e do mercado. Deste modo, a existência da sociedade civil é

---

<sup>1</sup> Yu Keping, “Sociedade Civil da China: Conceito, Tipologia e Ambiente Institucional”, in *Revista Ciências Sociais da China*, 2006(1), pp. 109 a 122.

susceptível de suprir as insuficiências funcionais do governo e do mercado,<sup>2</sup> bem como de estabelecer a sua autoridade mediante a consolidação das expectativas existentes no seio da sociedade para as manifestar em mensagens mais sintéticas, fiáveis e operáveis. A sociedade civil ensina também as noções dos interesses e das normas de conduta correspondentes à respectiva cidadania, disponibilizando aos indivíduos e às empresas canais de autoexpressão e de identificação mais aproximados, tornando-se assim muito mais acessível do que os órgãos do governo quando a população tenha necessidades. Assim a conduta dos seus membros passa a ser regulada por meio do compromisso colectivo, o que diminui os encargos de governação do poder público e do sector privado.<sup>3</sup>

Com o robustecimento da dimensão das organizações cívicas e sociais, o seu papel torna-se cada vez mais notório na construção da sociedade. O desempenho das funções de servir a sociedade reveste três modos: o cumprimento de algumas funções de gestão social por iniciativa própria; o exercício de funções incumbidas pelo governo ou o exercício de funções juntamente e em colaboração com determinado serviço público. Estes processos de gestão social são conhecidos por governação e jamais por governo.<sup>4</sup> Enquanto sujeito da gestão social, as organizações sociais que assentam na comunidade conhecem melhor as necessidades da comunidade de base do que o governo. Por esta razão, os serviços sociais disponibilizados pelas mesmas e susceptíveis de melhor ir ao encontro dos interesses diferenciados são mais pertinentes e mais eficientes do que os providos pelo governo.

A autonomia cívica, a participação cívica, o associativismo cívico, a gestão autónoma do cidadão e a autonomia da sociedade cívica passam a ser marcas cada vez mais maduras do desenvolvimento social e da gestão social. As organizações sociais enquanto terceiro sector desempenham um papel cada vez mais notório na gestão da sociedade, passando, em conjugação com o governo e com o mercado,

---

<sup>2</sup> Li Xinyue e Chen Min, “Qualidades cívicas que os estudantes universitários devem possuir e sua preparação”, in *Revista Educação e Cultura Contemporâneas*, 2011(4), pp. 99 a 105.

<sup>3</sup> Philippe C. Schmitter, “On Civil Society and Consolidation of Democracy: Ten Propositions”, 1995.

<sup>4</sup> Yu Keping, *Governação e Boa Governação*, Editora Documentação de Ciências Sociais, 2000.

a ser uma componente pertinente na estruturação dos sistemas social, económico e político na sua globalidade. As organizações sociais, conhecidas quer por associações, quer por corporações cívicas, quer por organizações não-governamentais, são materialmente iguais independentemente da sua denominação. Huang Xiaodong formulou na sua obra intitulada «Capital social e governação do governo»,<sup>5</sup> a definição de organização cívica (ou seja, de associação ou de organização social) nestes termos: as organizações cívicas têm, em regra, como origem movimentos desenvolvidos por iniciativa de organizações não-governamentais, de associações de cidadãos voluntários, de corporações associativas, de organizações comunitárias, de grupos de interesses ou do cidadão, tendo como elementos constitutivos diversas organizações cívicas não-estatais ou não-governamentais, sendo também conhecidas, em certas ocasiões, por “Terceiro Sector”. As características específicas das organizações cívicas são as seguintes: em primeiro lugar, o civismo - as organizações não são oficiais nem representam a posição do governo ou do Estado; em segundo lugar, a independência - essas organizações são em regra independentes em relação ao governo nos aspectos da política, da gestão e das finanças; em terceiro lugar, o voluntarismo - os membros aderem por sua vontade e não por coacção. Assim, as mesmas organizações são também conhecidas por organizações voluntárias.

### **III. As associações e a sociedade cívica de Macau**

A sociedade cívica de Macau tem uma história longínqua e uma determinada dimensão, sendo caracterizada pela intervenção das associações de Macau na gestão social. Segundo Wu Zhiliang, os portugueses que chegaram a Macau nos meados do século XVI conviviam com a comunidade chinesa mas estavam sob uma administração separada nos primeiros tempos: foi pelos mesmos criada uma organização interna com autonomia designada por Senado; a partir dos finais do século XVIII foram postas em prática as políticas colonialistas; até às últimas

---

<sup>5</sup> Huang Xiaodong, *Capital Social e Governação Pública*, Editora Documentação de Ciências Sociais, 2011.

décadas do século XIX, a jurisdição de Macau foi totalmente desapossada. Ao longo de mais de um século, embora as autoridades portuguesas tenham definido políticas e medidas específicas destinadas à comunidade chinesa local de Macau com vista a facilitar a gestão, a maioria dos residentes etnicamente chineses viviam de facto fora das instituições.<sup>6</sup> Mesmo assim, a heterogeneidade da sociedade de Macau resultante das interações entre as diferentes raças, culturas e forças comunitárias têm determinado a existência de uma longa tradição de administrações separadas em função das comunidades.<sup>7</sup>

No período compreendido entre os finais do século XIX e o princípio do século XX, começaram a ser fundadas as primeiras associações de Macau: foram constituídas as chamadas “três grandes corporações associativas” de Macau – a Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu, a Associação de Beneficência Tung Sin Tong e a Associação Comercial de Macau - em 1871, em 1892 e em 1913, respectivamente. As primeiras duas representam um esforço de prossecução dos cuidados de saúde, de assistência social e de bem-estar social da própria comunidade chinesa na sequência do crescimento do seu poder económico. O nascimento destas organizações associativas reflecte, por um lado, que a comunidade chinesa era menosprezada pela Administração Portuguesa e expressa, por outro, a função substitutiva das associações no caso de o governo deixar de ou faltar à prestação de certos serviços, enquanto a constituição da última expressa a pretensão de unir os agentes do sector de actividade para manifestar o poder e a posição social do próprio sector na sequência do robustecimento económico da comunidade chinesa de Macau.<sup>8</sup>

Com a evolução ao longo dos anos, foi constituída de modo progressivo na sociedade de Macau uma autonomia social com o substrato de associações que passaram a ser componentes mais fundamentais da sociedade civil de Macau. Na

---

<sup>6</sup> Wu Zhiliang, *Segredos de sobrevivência - o sistema político e o desenvolvimento político de Macau*, Edição da Associação de Educação de Adultos de Macau, 1998.

<sup>7</sup> Lou Shenghua, *Estudo sobre as associações de Macau no período de transição - Uma interpretação sobre o sistema corporativista numa sociedade pluralista*, Editora Renmin de Guangdong, 2004.

<sup>8</sup> Liu Zhuohong e Long Bailin, “Preliminares sobre as questões das associações de Macau”, in *Boletim da Universidade Normal Huanan* (Edição de ciências sociais), 1999(6).

contemporaneidade, a participação na governação social das organizações sociais ou associações em representação das diferentes camadas sociais ou das corporações contribui para o estabelecimento de relações cooperativas benignas entre o governo e a sociedade civil. Com a reunificação com a Pátria, Macau passou a ser governada pelas suas gentes e os seus residentes que afastaram o governo colonial passaram a gerir o seu próprio futuro. Esta mudança fundamental estimulou a consciência de participação dos residentes de Macau; o aumento rápido do número de associações reflecte uma realidade que é, com a reunificação com a Pátria, a participação política e a adesão às associações dos residentes de Macau, as quais escalaram significativamente. Verifica-se assim que o grande crescimento das associações de Macau representa um grande desenvolvimento da sociedade civil e expressa o progresso social e a maturidade da governação social.

#### **IV. A teoria do capital social e a sociedade civil**

Da teoria da sociedade civil e da teoria do capital social decorrem conclusões semelhantes nos aspectos da participação cívica, da confiança social e das acções colectivas. Da obra da autoria do professor catedrático Robert Putnam intitulada *Bowling alone: america's declining social capital* resulta que numa sociedade com baixo capital social é também baixo o grau de participação social dos seus cidadãos. Neste sentido, o estudo da teoria do capital social possibilita um conhecimento mais profundo da sociedade cívica, tornando possível também encontrar mais indicadores significativos para a sua mensuração.

O sociólogo americano James Coleman desenvolveu, num artigo publicado em 1988 intitulado “Social capital in the creation of human capital”<sup>9</sup> a formulação da teoria do capital social, integrando os conceitos de estrutura social, de relações sociais, de confiança e de normas, de modo a abordar sistematicamente o capital social na perspectiva da estrutura social. A partir daí, a teoria do capital social começou a ser considerada de forma vasta pelo sector académico. Segundo

---

<sup>9</sup> James S. Coleman, “Social Capital in the Creation of Human Capital”. *The American Journal of Sociology*, 1988, Vol. 94, pp. 95-120.

James Coleman, o capital social cria-se nas relações interpessoais e na estrutura social, facilita as operações individuais no seio da estrutura, é formado com os elementos que constituem a estrutura social, é de posse particular e manifesta-se como capital patrimonial nos recursos da estrutura social.

O estudo de Robert Putnam aproveita os elementos do capital social para abordar o relacionamento entre o funcionamento da comunidade cívica (*civic community*) e o da democracia (*democracy*). Para o académico, o capital social é particularidade que caracteriza uma organização social, tais como redes, normas e confiança, particularidades que facilitam a coordenação e a cooperação de todos em prol do interesse comum. Segundo Robert Putnam, a constituição e o desenvolvimento das organizações voluntárias na sociedade cívica promovem o círculo virtuoso da formação, o recarregamento e o armazenamento do capital social; as suas particularidades – a confiança (*trust*), as normas (*norms*) e as redes sociais (*social networks*) - conduzem os participantes das organizações voluntárias (*voluntary organizations*) a promoverem acções convergentes, no sentido de prosseguirem mais eficazmente com os alvos e os ideais comuns e de contribuírem para as suas capacidades organizativas, com vista a complementarem e a elevarem o desempenho das políticas do governo nos aspectos da sua execução.

De acordo com Don Cohen e Larry Prusak, no capital social entrelaçam-se a confiança, o consenso, os valores comuns e o comportamento dos membros, representando um estoque (*stock*) de relacionamentos múltiplos dos membros da organização.<sup>10</sup> Eles sugerem que, mediante o investimento do capital social, se conceda aos membros um espaço físico e temporal para os mesmos fazerem intercâmbios, demonstrarem a sua confiança, comunicarem as suas convicções e alvos de trabalho, com o objectivo de darem oportunidades e retribuições iguais, de modo a possibilitarem uma participação efectiva e não uma mera presença.

---

<sup>10</sup> Dan Cohen and Lawrence Prusak, *In Good Company: How Social Capital Makes Organizations Work*. Harvard Business School Press, 2001.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)<sup>11</sup> considera, numa obra referente ao capital humano publicada em 2007, o capital social como redes sociais que estimulam a cooperação numa comunidade ou entre as comunidades e a partilha de normas, de valores e de praxes sociais.<sup>12</sup> De entre estes elementos, as redes sociais referem-se aos relacionamentos no ambiente físico, incluindo os entre amigos, aos membros da família e aos colegas; as normas e as praxes sociais referem-se a regras implícitas, tais como a protecção e a concessão de prioridades aos menores e às mulheres; os valores são visões comuns dos membros da comunidade que variam com a evolução do tempo. As confianças assentes nestes três elementos tornam possível a colaboração entre todos. O Banco Mundial (*World Bank*) adere ao pensamento de Robert Putnam em relação ao capital social, no sentido de considerá-lo como um indicador pertinente de um país ou território para proceder especificamente à investigação e à mensuração. O Banco Mundial (2007) define o capital social como as normas e as redes que possibilitam as acções colectivas, incluindo as instituições, os relacionamentos e os costumes que modelam uma comunidade. Numa perspectiva positiva, o capital social pode incrementar a probabilidade de sucesso dos projectos a explorar e a sua sustentabilidade pela criação do espírito de cooperação, de coesão, de transparência e de responsabilização.<sup>13</sup>

Nota-se assim que, em relação às acções colectivas do cidadão, em especial às voluntárias existentes na sociedade cívica, a teoria do capital social é suficientemente capaz de justificar a confiança social e as normas sociais. Recorrendo à teoria do capital social para analisar a participação cívica e a construção da confiança social, bem como para avaliar as mudanças do capital social das organizações sociais e das actividades associativas, podemos encontrar alguns indicadores significativos para a sociedade civil.

---

<sup>11</sup> A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) é uma organização económica intergovernamental internacional composta por 30 países de economia de mercado para responder conjuntamente aos desafios económicos, sociais e de governação do Estado decorrentes da globalização e para tirar proveito das oportunidades dela derivadas. Ver [www.oecdchina.org](http://www.oecdchina.org)

<sup>12</sup> Brian Keeley, *Human Capital - How what you know shapes your life*. OECD Publishing, 2007.

<sup>13</sup> The World Bank. Overview of Social Capital, 2007.



## V. A teoria sobre a avaliação dos benefícios sociais

O que se entende por benefício social? Em primeiro lugar, B.L. Driver considera os benefícios como as vantagens resultantes das melhorias pessoal, associativa, social, económica ou ambiental.<sup>14</sup> Os benefícios económicos distinguem-se dos benefícios não económicos. Os benefícios económicos, conhecidos também por benefícios financeiros, calculam-se pela análise de custo-eficácia. Os benefícios não-económicos, que são conhecidos muitas vezes por benefícios sociais, não são fáceis de mensurar como benefícios financeiros. A ponderação do benefício social depende em regra da definição de indicadores adequados e depois de ouvidos as partes interessadas (*stakeholder*). São vários os métodos para a avaliação do benefício social. Devido às suas características de difícil quantificação e regionalização, os sistemas de avaliação do benefício social diferem de país/território para país/território. Em virtude do tamanho do artigo, limitamo-nos a fazer uma apresentação breve sobre o método de avaliação do retorno social do investimento (*Social Return on Investment - SROI*) da Secretaria do Terceiro Sector do Gabinete do Governo do Reino Unido, o método de Análise Social (*Social Analysis*) do Banco Mundial e a metodologia da gestão da avaliação das organizações sociais do Ministério da Administração Civil do Interior da China.

A Secretaria do Terceiro Sector do Gabinete do Governo do Reino Unido e o Governo da Escócia, por terem verificado que a demonstração dos valores sociais das acções do terceiro sector se torna cada vez mais importante para os seus investidores, patrocinadores ou para quem as incumbe, sejam do sector público, sejam do sector privado, concederam em Novembro de 2008, para a elaboração do «Guia para o retorno social do investimento», um financiamento à Rede do Retorno Social do Investimento (*SROI Network*), à Fundação da Nova Economia, aos Serviços de Avaliação de Instituições sem Fins Lucrativos, ao Conselho Nacional para as Organizações Voluntárias e à Fundação Novos Capitais para a Filantropia. Os autores participaram numa acção de formação

---

<sup>14</sup> B. L. Driver, “The defining moment of benefits. Parks & Recreation”, 1997, 32(12), pp. 38-41.

ministrada pela *SROI Network* realizada em Leeds, Reino Unido, com vista a melhor estudar os respectivos métodos. O método do SROI é caracterizado pela sua praticabilidade, podendo exprimir o *output* dos projectos em dinheiro. Este método contém seis etapas: primeira, estabelecer o escopo (*scope*) a analisar e identificar os *stakeholders*; segunda, descrever o impacto (*impact*) do projecto; terceira, evidenciar os resultados e atribuir-lhes valor; quarta, estabelecer o impacto; quinta, calcular o valor do retorno social; sexta, elaborar um relatório. Através da quantificação do retorno social, o mesmo método demonstra os valores do projecto de modo directo. Neste ponto de vista, ele merece a nossa referência. Caso seja aplicado adequadamente, o método de análise do SROI é capaz de dar a conhecer, na perspectiva das pessoas atingidas, ou seja, dos *stakeholders*, os valores a criar pela adopção de uma acção, de uma intervenção ou do funcionamento de um órgão para as mesmas.<sup>15</sup> O método é eficaz para os resultados susceptíveis de serem expressos em dinheiro, tais como a melhoria da saúde pessoal, a melhoria das relações familiares e sociais, a diminuição do uso de drogas e a redução dos desalojados, entre outros. No entanto, são poucos os indicadores para a quantificação da participação na sociedade civil (tais como as actividades sociais e os serviços comunitários), em especial os relativos ao incremento do capital social (confiança, interacção e visão). Neste aspecto, o método do SROI mostra-se um pouco simples, pois são apenas consideradas as despesas com a adesão a clubes sociais ou a redes sociais, o que é pouco ajustado às realidades das comunidades chinesas.

O Banco Mundial procura efectuar uma análise social prévia ao investimento nos países em desenvolvimento. Há não poucas semelhanças entre a avaliação do impacto social, a análise social e a avaliação social, uma vez que todas estas se focam em analisar as interacções entre uma acção (uma política, um projecto, etc.) pretendida e a sociedade local/ambiente humanístico, nos aspectos da vida da

---

<sup>15</sup> Jeremy Nicholls, Ellis Lawlor, Eva Neitzert e Tim Goodspeed, *Um Guia para o Retorno Social do Investimento*, 2011, Edição da Rede do Retorno Social do Investimento, da Secretaria do Terceiro Sector do Gabinete do Governo do Reino Unido, da Fundação da Nova Economia, dos Serviços de Avaliação de Instituições sem Fins Lucrativos, do Conselho Nacional para as Organizações Voluntárias, da Fundação Novos Capitais para a Filantropia e do Governo da Escócia.

população, da estrutura comunitária, da população, da distribuição do rendimento, do bem-estar, da saúde, da segurança, da educação, da cultura, do entretenimento, dos usos e costumes e da coesão comunitária. As previsões dos eventuais impactos e as questões a suscitar pela implementação das políticas/projectos para se poderem ponderar esses condicionamentos na tomada de decisões, são conhecidos genericamente pela avaliação social ou pela avaliação social em sentido lato. A sociedade aqui é algo plurissignificativo, abrangendo os elementos socioeconómico, ecológico e ambiental, bem como o bem-estar social, a política e a cultura. Assim, torna-se necessária uma investigação conjunta a efectuar por peritos de várias disciplinas. Nas análises sociais são prezados os impactos a suscitar pelo ambiente social (contexto e condições sociais) do local destinatário para a implementação do projecto, no sentido de garantir a realização dos objectivos do projecto, recorrendo à metodologia sociológica e sendo postas em execução por sociólogos, sobretudo por antropólogos. São quatro as tarefas da análise social: primeira, determinar os condicionalismos sociais; segunda, reunir as informações sociais; terceira, explicar os impactos dos condicionalismos sociais em relação ao projecto e os impactos entre si mesmos; finalmente, apresentar um conjunto de sugestões que orientem na ponderação dos mesmos condicionalismos sociais nas fases da concepção e da execução do projecto.<sup>16</sup>

A «Metodologia da gestão da avaliação das organizações sociais» adoptada pelo Ministério da Administração Civil do Interior da China em 27 de Dezembro de 2010 entrou em vigor em 1 de Março de 2011. Ela regula as acções de avaliação sobre as organizações sociais, dispondo que todas as associações, fundações e instituições privadas não empresariais constituídas há dois anos estão sujeitas a avaliação, sendo a classificação atribuída válida durante cinco anos. A classificação exprime-se numa das seguintes cinco escalas (por ordem decrescente), a saber 5A (AAAAA), 4A (AAAA), 3A (AAA), 2A (AA) e 1A (A). As transferências, a aquisição de serviços e os prémios do governo são atribuídos prioritariamente às organizações sociais com a classificação de 3A ou superior.

---

<sup>16</sup> Anis A. Dani (ed), *Social Analysis Sourcebook: Incorporating Social Dimensions into Bank-Supported Projects*, The World Bank, 2003.

Os corpos sociais com fins de interesse social como fundações e organizações filantrópicas com a classificação de 3A ou superior podem requerer, nos termos estipulados, a obtenção de qualificação da dedução fiscal referente aos donativos de beneficência. O procedimento de fiscalização anual é simplificado para as organizações sociais com a classificação de 4A ou superior. Verifica-se assim que a Metodologia tem por objectivo as organizações sociais e não os projectos.<sup>17</sup>

Face aos três sistemas de avaliação supracitados, o nosso grupo de estudo é de opinião de que é necessário apresentar um método de avaliação do benefício social, elaborado com base na complementaridade das vantagens de cada um deles e tendo em conta a participação cívica, a aquisição do capital social e a prestação de serviços comunitários.

## **VI. Método para a avaliação dos benefícios sociais dos projectos associativos de Macau**

Apesar de a sociedade civil de Macau se encontrar numa fase em que já tem uma determinada dimensão, certo é que ainda não foi criado um sistema perfeito de avaliação ou de apreciação da sociedade civil e das actividades associativas. A formulação de um método susceptível de avaliar de forma eficaz os projectos associativos de Macau, com recurso a experiências acumuladas do estrangeiro, contribuirá de modo positivo para a estruturação de uma sociedade civil. O nosso método será aplicado para a avaliação do projecto em função da sua natureza.

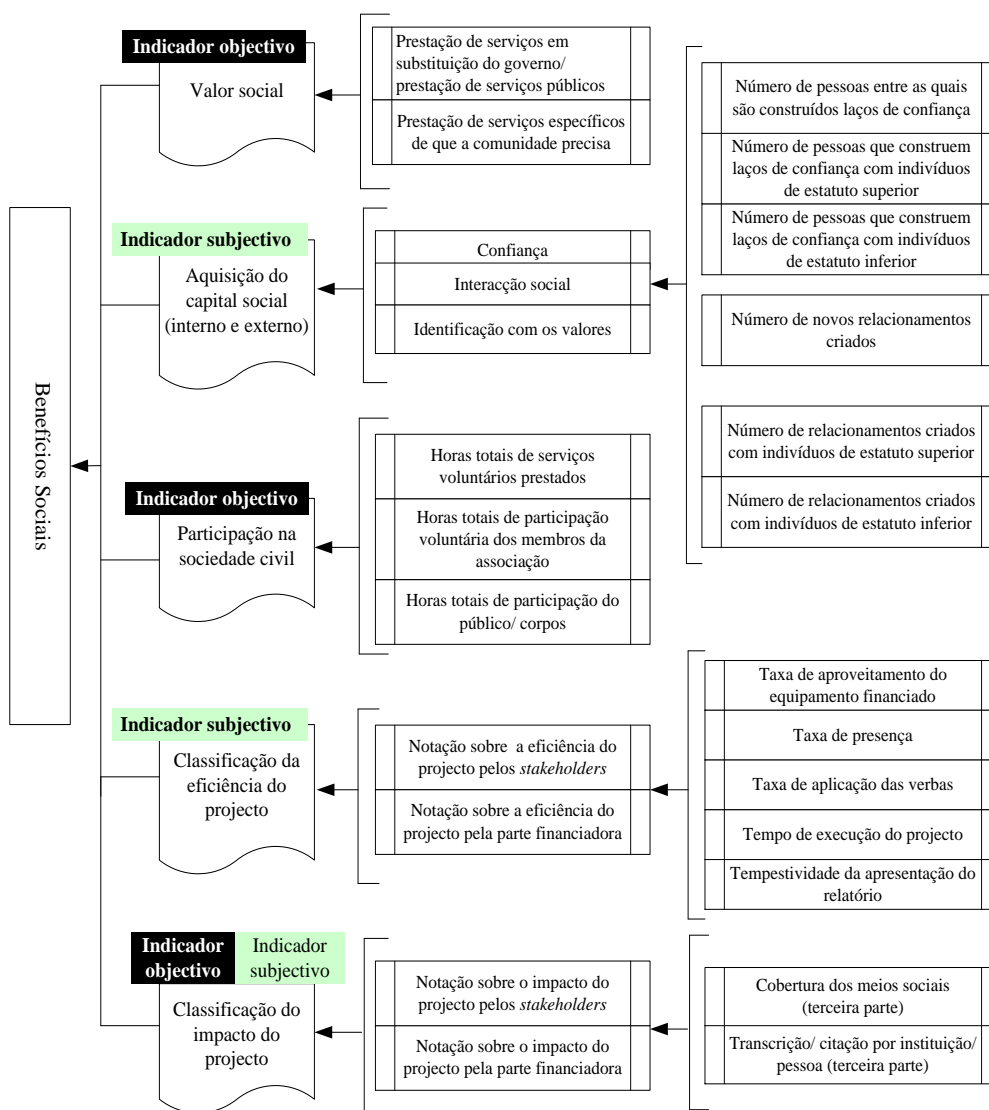
O método de avaliação dos benefícios sociais apresentado no presente estudo tem as seguintes particularidades: primeira, o método é destinado às associações de Macau, ou seja, é formulado no contexto da sociedade civil; segunda, o método tem por objectivo os projectos não lucrativos, financiados por recursos públicos e realizados pessoalmente ou por associações, tais como eventos, projectos filantrópicos, projectos de assistência, projectos de prestação de serviços,

---

<sup>17</sup> *Metodologia da gestão da avaliação das organizações sociais*, edição do Ministério da Administração Civil da República Popular da China, 2010.

projectos de estudos, projectos de publicação e projectos de formação; terceira, o método foca-se nos benefícios sociais e não em análises económicas, tendo por objectivos a maximização da participação cívica, a maximização do capital social (a confiança, a interacção social e a visão comum), bem como a máxima perfeição da qualidade dos serviços; quarta, o método está apto a efectuar quer uma avaliação prévia (*assessment*), quer uma apreciação posterior do projecto (*evaluation*).

**Figura 1: Indicadores dos benefícios sociais**



Com a interiorização dos métodos de avaliação estrangeiros, o presente método pretende criar um sistema sintético de indicadores para a avaliação de projectos associativos de Macau que inclui a expressão em dinheiro dos resultados do projecto, incluindo assim alguns indicadores objectivos e subjectivos. São considerados indicadores objectivos as matérias quantificáveis e operáveis; são considerados indicadores subjectivos as matérias apenas aptas a análises qualitativas, como as que expressam a orientação do valor e o posicionamento dos objectivos. É possível apreciar mais objectivamente também os benefícios sociais dos projectos. São cinco os indicadores do primeiro nível, a saber: valor social, aquisição do capital social, participação na sociedade civil, classificação da eficiência do projecto e classificação do impacto do projecto, conforme a Figura 1 (vide página anterior). A seguir passamos a descrever os indicadores do segundo nível.

## **1. Valor social**

O item *valor social* no sistema dos indicadores toma essencialmente como referência o método do SROI, refere-se predominantemente aos resultados que os interessados no escopo do projecto têm em consideração, resultados que se reportam principalmente às áreas dos serviços sociais e públicos como serviços comunitários, segurança comunitária e saúde dos moradores. Todos os resultados correspondem necessariamente a uma equivalência para a fixação do seu valor. A título exemplificativo, caso a saúde dos residentes comunitários melhore por causa de uma acção associativa, esta melhoria expressa-se na redução do número de consultas em hospital. Assim, em relação a uma pessoa com problemas de saúde que seja um dos interessados, o valor social da acção equivale aos custos médicos suportados pelo governo. O valor desta acção que contribui para a melhoria da saúde dos residentes é igual à redução dos custos médicos suportados pelo governo, tratando-se de um dos valores sociais do projecto. Outro exemplo pode ser o dos serviços de creche prestados por uma associação. Para uma criança em creche que é um dos interessados, o resultado é a promoção da saúde da mesma. Devido aos cuidados apropriados, são reduzidos os acidentes de segurança

pessoal. O valor social deste resultado, quando for expresso por uma equivalência, é o custo médio a pagar pelo governo pelo acesso destas crianças à consulta e demais recursos públicos a custear pela ocorrência de acidentes infantis. Neste sentido, o valor social é o somatório dos benefícios sociais a que têm acesso todos os interessados.

## **2. Aquisição do capital social**

De acordo com a teoria do capital social e com as escalas já aplicadas, no âmbito do presente método está concebido um questionário para ponderar a aquisição do capital social. Seleccionados os interessados para preencher o questionário, podemos calcular o aumento do capital social que serve como um dos indicadores. Este aumento pode reflectir o aumento da confiança, da interacção e da identificação decorrente do projecto para com a comunidade. Como é obtido mediante inquérito por questionário, o indicador é tratado como um indicador subjectivo.

## **3. Participação na sociedade civil**

Nos termos das análises teóricas atrás apresentadas, os projectos associativos são da área da sociedade civil, por isso, a participação na sociedade civil afigura-se bastante importante. As componentes essenciais desta participação são a participação de voluntários e a qualidade dos serviços voluntários. Assim, são adoptados indicadores objectivos como horas totais de serviços voluntários, horas totais de participação voluntária no projecto dos membros da associação e horas totais da participação do público na acção.

## **4. Classificação da eficiência do projecto**

Este indicador classificativo destina-se essencialmente à avaliação do projecto, a notação é feita pela parte patrocinadora e pelos *stakeholders* do projecto em relação à taxa de aproveitamento do equipamento, à taxa de presença, à taxa de aplicação das verbas, ao tempo de execução do projecto e à eficiência

do expediente relativo ao projecto. Trata-se de um indicador subjectivo, uma vez que o resultado é obtido através de questionários.

## **5. Classificação do impacto do projecto**

Este indicador classificativo aplica-se principalmente à avaliação do projecto, a notação é feita pela parte patrocinadora e pelos *stakeholders* do projecto em relação ao impacto para o público, à cobertura dos meios sociais e à apreciação feita por uma parte terceira. Trata-se de um indicador subjectivo, uma vez que o resultado é obtido através de questionários.

Serão atribuídas ponderações a estes indicadores em função da natureza do projecto. Assim, são criados diferentes sistemas específicos de ponderação para eventos, projectos filantrópicos, projectos assistenciais, projectos de prestação de serviços, projectos de estudos, projectos de publicação e projectos de formação. A título de exemplo, como os projectos de eventos são actividades de capital social por sua natureza, em que são prezados os intercâmbios, a construção da confiança interpessoal e o estabelecimento de alvos comuns, a ponderação do indicador relativo ao capital social a atribuir será maior, enquanto a ponderação respeitante ao valor social a atribuir será menor.

## **VII. Conclusão**

Pelo exposto, a criação de um método de avaliação dos benefícios sociais dos projectos associativos adequado às realidades da sociedade de Macau é muito significativa para a elevação da consciência da sua sociedade civil, para a promoção da participação cívica, para o reforço do capital social e para a elevação do nível dos serviços colectivos a prestar à comunidade. O método formulado no contexto da sociedade civil tem por objectivo os projectos não lucrativos financiados pela Fundação Macau e realizados pessoalmente ou por associações, tem em vista a previsão e a avaliação dos benefícios sociais a produzir pelos mesmos projectos. O método está apto a efectuar quer uma avaliação prévia



(*assessment*), quer uma apreciação posterior do projecto (*evaluation*). A criação dos indicadores de avaliação é, sem dúvida, uma acção importante para a sociedade civil, bem como para a avaliação dos projectos associativos e para a instituição do sistema de avaliação.